



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

## EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

### **CONTRATANTE (UASG)**

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND – PR (929890)

### **OBJETO**

Aquisição de materiais gráficos e plaquetas patrimoniais em alumínio para atender às necessidades da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

### **VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 3.023,10 (três mil e vinte três reais e dez centavos)

### **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**

Até o dia 09/03/2026 às 08:59

### **DATA DE ABERTURA DA FASE DE LANCES**

09/03/2026

### **HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

Das 09:00h às 15:00h

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM



## SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA .....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA .....	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL .....	4
4. FASE DE LANCES .....	6
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO .....	6
6. HABILITAÇÃO .....	7
7. CONTRATAÇÃO .....	9
8. SANÇÕES .....	9
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	11
ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO .....	13
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA.....	14
ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE FORNECIMENTO .....	25



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

## EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026 (Processo Administrativo n.º 005/2026)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ n.º 77.878.320/0001-73, estabelecida na Rua João Pessoa nº 104, realizará Dispensa Eletrônica, exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, com critério de julgamento **menor preço por item** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 09/03/2026

Local: Sistema Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

Horário da Fase de Lances: 9:00 às 15:00

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a aquisição de materiais gráficos e plaquetas patrimoniais em alumínio para atender às necessidades da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand.
- 1.2. A contratação ocorrerá conforme descrição constante no Termo de Referência [anexo](#) a este edital.
  - 1.2.1. O valor máximo da presente contratação é de R\$ 3.023,10 (três mil e vinte três reais e dez centavos)
  - 1.2.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. Em caso de divergência entre as especificações contidas no Sistema Eletrônico de Compras do Governo Federal e as constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa é restrita às microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV da Lei Complementar no 123/2006, desde que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição.
- 2.2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>
  - 2.2.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
  - 2.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.3. **Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**
  - 2.3.1. que não atendam às condições deste Edital de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);
  - 2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas;

2.3.6. empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta Dispensa Eletrônica.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Edital de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.



3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Dispensa Eletrônica;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital de Dispensa Eletrônica.



## 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Edital de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do objeto
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital de Dispensa Eletrônica.
  - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **de R\$ 0,01 (um centavo)**
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
  - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
  - 5.3.1. Para o envio da proposta o fornecedor deverá utilizar-se do modelo constante no [anexo III](#) deste Edital de Dispensa Eletrônica.
  - 5.3.2. A proposta enviada pelo fornecedor deverá contemplar em seu valor toda a descrição dos serviços/produtos a serem executados/entregues, respeitando o limite de valor unitário estimado do Termo Referência;
  - 5.3.3. **O prazo para encaminhamento da proposta e documentos complementares será de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período mediante solicitação feita pelo fornecedor antes de findo o prazo.



- 5.3.4. Se for o caso, junto ao envio da proposta, a Administração solicitará o encaminhamento de catálogos, folders, prospecto e/ou ficha técnica, contendo as informações do produto como especificações, modelo, marca e imagens, com a finalidade de verificar a compatibilidade do item com os requisitos do Edital da Dispensa Eletrônica e seus anexos.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
  - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;
  - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;
  - 5.5.6. não encaminhar proposta e documentos complementares em conformidade e prazos estabelecidos no item 5.3 e seus subitens;
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Dispensa Eletrônica.
- 5.13. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.



- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- SICAF;
  - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>);
  - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União. (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>)
  - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
  - Consulta de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública -TCE Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>)
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. **Caso atendidas as condições de participação, o fornecedor será convocado a enviar os documentos de habilitação, exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período mediante solicitação feita pelo fornecedor antes de findo o prazo.
- 6.4. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constituem meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Dispensa Eletrônica e já apresentado, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Dispensa Eletrônica.
- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2.3. Equipare-se a recusa em assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente a falta de manifestação da Adjudicatária no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da convocação.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência anexo a este Edital de Dispensa Eletrônica.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7.6. Em caso de recusa da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá convocar as empresas remanescentes, observada a ordem de classificação no certame competitivo, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/2021.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Edital de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Edital de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho



fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste edital.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital de Dispensa Eletrônica.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Edital de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.3. ANEXO III – Modelo Proposta de Fornecimento.

Assis Chateaubriand, 02 de março de 2026.

**Osmar Aparecido Rinki**  
Presidente da Câmara



## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

### 1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, que deverá ser comprovada pela apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente.
- 2.7 prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, que deverá ser comprovada pela apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente.



## ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta contratação é a aquisição de materiais gráficos e plaquetas patrimoniais em alumínio para atender às necessidades da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand.
- 1.2. Os quantitativos, descrição geral e valores estimados para a contratação são os especificados na tabela abaixo:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	500	UND	Pastas para processos. Formato aberto: 330mm x 480mm com dobra vertical central; Formato fechado 330mm x 240mm. Cor verde clara, impressão 1x0 cores, papel cartolina, gramatura 240g/m <sup>2</sup> , com arte institucional externa.	R\$ 2,52	R\$ 1.260,00
2	500	UND	Envelope timbrado padrão ofício. Tamanho 114mmx229mm, cor branca, impressão 1x0 cores, papel offset, gramatura 90g/m <sup>2</sup> , com brasão e identificação institucional da Câmara Municipal.	R\$ 1,17	R\$ 585,00
3	990	UND	Plaqueta para identificação de bem patrimonial, confeccionada em alumínio anodizado, com dimensões 45mm x 15mm x 0,3mm (largura x altura x espessura), sem furos, sem adesivos no verso, pontas arredondadas, com identificação do órgão, código de barras, número patrimonial e brasão colorido, gravados pelo processo de fotoanodização.	R\$ 1,19	R\$ 1.178,10
<b>TOTAL: R\$ 3.023,10 (três mil e vinte três reais e dez centavos)</b>					

- 1.3. **Especificações técnicas detalhadas e demais condições dos itens constam no item 3 deste Termo de Referência.**
- 1.4. Em caso de divergência nas especificações dos itens contidos no CATMAT, no Compras.gov.br e neste Termo de Referência, prevalecerão as informações contidas neste Termo de Referência.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação será de 120 (cento e vinte), contados a partir do recebimento pelo fornecedor, da Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. Justificativa da contratação:

A presente contratação visa suprir as demandas internas da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, mediante a reposição de materiais indispensáveis ao regular desempenho das atividades administrativas e legislativas.

Há a necessidade de aquisição de pastas para processos a fim de garantir a adequada organização, autuação e tramitação dos processos administrativos e legislativos, assegurando padronização, preservação documental e eficiência na gestão.

Faz-se necessária também a aquisição de envelopes timbrados, que são essenciais para o envio de correspondências e comunicações oficiais, conferindo formalidade, identificação institucional e credibilidade aos expedientes emitidos pelo Poder Legislativo.



Por fim requer-se ainda a confecção de plaquetas patrimoniais, a fim de aprimorar a identificação e o controle dos bens móveis da Câmara. Atualmente, utilizam-se etiquetas adesivas de baixa durabilidade, que se desprendem com facilidade e estão mais suscetíveis a danos como desgastes e corrosões. A adoção de placas em alumínio anodizado, gravadas pelo processo de fotoanodização, garante maior resistência, fixação adequada e alta durabilidade, proporcionando maior segurança na identificação patrimonial, contribuindo para o controle e a proteção do patrimônio público

## 2.2. Enquadramento da contratação:

A contratação se enquadra no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### DESCRIÇÃO DETALHADA E CONDIÇÕES DOS ITENS

#### 3.1. Item 1 – Pasta para processos

##### 3.1.1. Especificações técnicas:

**3.1.1.1.** Pasta para processos. Formato aberto 330mm x 480mm (altura x largura), com dobra vertical central; Formato fechado 330mm x 240mm (altura x largura). Cor verde clara, impressão 1x0 cores, papel cartolina, gramatura 240g/m<sup>2</sup>, com arte institucional externa.

**3.1.1.2.** A aplicação da arte na parte externa será em conformidade com o modelo já utilizado na instituição, o qual consiste em linhas e margens definidoras de espaço para registro de informações, brasão do município e as inscrições: “Câmara Municipal de Assis Chateaubriand – Estado do Paraná”, “Projeto de ... Nº....”, “Súmula:...”, “Iniciativa....”

**3.1.1.3.** A contratada será responsável pela confecção da arte a ser impressa nas pastas. Imagens do modelo da pasta a ser confeccionada constam no [Anexo I](#) deste Termo de Referência.

##### 3.1.2. Prazos:

**3.1.2.1.** Após a solicitação da Câmara, a contratada terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para elaboração da arte/modelo e envio para aprovação.

**3.1.2.2.** Se reprovada a arte/modelo, a contratada terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para efetuar os ajustes e enviar novamente para aprovação.

**3.1.2.3.** Após a aprovação da arte/modelo pela Câmara Municipal, a contratada terá o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para confecção e entrega das pastas.

#### 3.2. Item 2 – Envelope timbrado padrão ofício

##### 3.2.1. Especificações técnicas:

**3.2.1.1.** Envelope timbrado padrão ofício. Tamanho 114mmx229mm, cor branca, impressão 1x0 cores, papel offset, gramatura 90g/m<sup>2</sup>, com brasão e identificação institucional da Câmara Municipal.

**3.2.1.2.** O timbre do envelope consiste em arte que deverá ser aplicada na parte da frente, conforme o modelo já utilizado na instituição, o qual consiste no brasão do município, nome do órgão, endereço e dados para contato como e-mail e telefone.

**3.2.1.3.** A contratada será responsável pela confecção da arte a ser impressa nos envelopes. Imagens do modelo do envelope a ser confeccionado constam no [Anexo I](#) deste Termo de Referência.

##### 3.2.2. Prazos:



- 3.2.2.1. Após a solicitação da Câmara, a contratada terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para elaboração da arte/modelo e envio para aprovação.
- 3.2.2.2. Se reprovada a arte/modelo, a contratada terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para efetuar os ajustes e enviar novamente para aprovação.
- 3.2.2.3. Após a aprovação da arte/modelo pela Câmara Municipal, a contratada terá o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para confecção e entrega dos envelopes.

### 3.3. Item 3 – Plaqueta para identificação de bem patrimonial

#### 3.3.1. Especificações técnicas:

- 3.3.1.1. Plaqueta para identificação de bem patrimonial, confeccionada em alumínio anodizado, com dimensões 45mm x 15mm x 0,3mm (largura x altura x espessura), sem furos, sem adesivos no verso, pontas arredondadas, com identificação do órgão, código de barras, número patrimonial e brasão colorido, **gravados pelo processo de fotoanodização**.
- 3.3.1.2. Código de barras horizontal padrão Code 128 e numeração em algarismos arábicos com 5 (cinco) dígitos.
- 3.3.1.3. Numeração não sequencial (avulsa), conforme [Anexo II](#) deste Termo de Referência, totalizando 490 números.
- 3.3.1.4. Numeração sequencial iniciando no número 00595 até 01094, totalizando 500 números.
- 3.3.1.5. Selada, resistente à exposição ao tempo, a água, álcool, querosene e outros produtos químicos, garantindo durabilidade e integridade das informações gravadas.
- 3.3.1.6. O brasão do município, em cores, deverá ser aplicado na parte esquerda da plaqueta, sendo que, logo abaixo, deverá constar a inscrição “Câmara Municipal de Assis Chateaubriand”. Na parte direita da plaqueta deverá constar o código de barras, na cor preta, contendo, acima, a inscrição “Patrimônio” e, abaixo, o respectivo número patrimonial correspondente à plaqueta.
- 3.3.1.7. A Câmara não dispõe de modelo padrão previamente definido para as plaquetas patrimoniais, cabendo à contratada elaborar o layout conforme as especificações constantes do subitem anterior. Para fins de orientação, a contratada poderá utilizar como referência o modelo constante do [Anexo I](#) deste Termo de Referência.
- 3.3.1.8. A Câmara Municipal não dispõe de arquivo do brasão em formato vetorizado. Assim, caso seja necessário para a adequada confecção das plaquetas, caberá à contratada providenciar a respectiva vetorização do brasão, sem ônus adicional para a Administração.

#### 3.3.2. Prazos:

- 3.3.2.1. Após a solicitação da Câmara, a contratada terá o prazo de 3 (três) dias úteis para elaboração do layout/modelo da plaqueta e envio para aprovação.
- 3.3.2.2. Se reprovado o layout/modelo, a contratada terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para efetuar os ajustes e enviar novamente para aprovação.
- 3.3.2.3. Após a aprovação do layout/modelo pela Câmara Municipal, a contratada terá o **prazo de até 30 (trinta) dias corridos** para confecção e entrega das plaquetas

### DEMAIS ASPECTOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 3.4. Em relação ao item 3 (plaquetas patrimoniais), a contratada deverá conferir a correspondência entre o número impresso e o código de barras, responsabilizando-se por eventuais erros de gravação.



- 3.5. As artes/layouts dos itens deverão ser elaboradas em conformidade com os modelos atualmente utilizados pela Câmara Municipal, observadas as orientações e diretrizes fornecidas pela Administração.
- 3.6. As artes/layouts deverão apresentar adequada qualidade técnica, nitidez, boa resolução e proporcionalidade estética na aplicação dos elementos gráficos nos respectivos materiais.
- 3.7. Para a elaboração das artes/layouts, a Câmara Municipal disponibilizará o brasão do Município em formato PNG, bem como todas as informações institucionais necessárias à composição das peças.
- 3.8. A Câmara Municipal não dispõe de arquivo do brasão em formato vetorial. Assim, caso seja tecnicamente necessário para garantir a qualidade da arte ou da impressão, caberá à contratada providenciar a respectiva vetorização, sem ônus adicional para a Administração.
- 3.9. Os itens fornecidos deverão estar em conformidade com todas as disposições contidas neste Termo de Referência.
- 3.10. Os itens fornecidos deverão ser entregues sem riscos, amassados, quebras, rachaduras ou qualquer outro tipo de avaria.
- 3.11. Os itens deverão ser entregues no local especificado neste Termo de Referência, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos relacionados à entrega (transporte, frete, seguro, etc.).

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:
  - 4.1.1. Entrega dos itens na sede da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand de acordo com o prazo estabelecido neste instrumento, incorrendo o fornecedor com os custos para a entrega.
  - 4.1.2. Garantia dos bens em conformidade com a legislação consumerista – Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), exceto quando o item especificar outro prazo, situação em que prevalecerá o prazo de garantia especificado para o item.
  - 4.1.3. O atendimento, pelo fornecedor, de todas as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 4.2. **SUBCONTRATAÇÃO:** não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:** não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega dos itens são aqueles indicados no tópico 3, que trata detalhadamente as especificações e estabelece os prazos estipulados para cada um dos itens da contratação.
- 5.2. A execução do fornecimento será iniciada a partir da solicitação/convocação emitida pela Câmara Municipal de Assis Chateaubriand.
- 5.3. O **local de entrega dos itens é a sede da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand**, localizada no seguinte endereço: Rua João Pessoa, 104, Jardim América, Assis Chateaubriand, Estado do Paraná - CEP: 85.935-025.
- 5.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou ajustados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.5. A entrega dos itens deverá ser acompanhada da nota fiscal contendo a descrição e quantidade dos produtos.
- 5.6. O fornecedor deverá arcar com todos os custos de transporte e acondicionamento para a entrega do objeto no local especificado neste Termo de Referência.



5.7. Os produtos deverão estar acondicionados de maneira a evitar a danificação durante os procedimentos de carga, descarga e transporte, inclusive com identificação e caracterização para conferência e recebimento pelo servidor responsável.

5.7.1. Em caso de item entregue com avarias, a Câmara rejeitará o fornecimento, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos para substituição do item avariado.

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. No fornecimento dos itens desta contratação, a execução de cada item, após emissão da ordem de execução de fornecimento/serviço, dependerá da aprovação da Câmara Municipal em relação a arte, diagramação e outros elementos estabelecidos nesse Termo de Referência, em conformidade com os prazos estabelecidos, a fim de verificar a padronização dos elementos.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A formalização da contratação ocorrerá por meio da Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidores indicados no contrato pelo Contratante, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

6.5. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

6.6. A fiscalização exercida pelo Gestor do Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

### DO DIREITO E DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

6.7. Constituem obrigações do ÓRGÃO CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as condições, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

b) Efetuar o pagamento ajustado;

c) Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

d) Administrar, acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do objeto.

6.8. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das já especificadas no Edital de Dispensa Eletrônica e no contrato:

a) Entregar os produtos ou serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, inclusive aos causados a terceiros, em conformidade com este Termo de Referência e com o que dispuser a legislação pertinente.

c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos ou inconformidades com o estabelecido.



- d) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do contrato;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de compra;
- f) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e alterações no ato constitutivo;
- g) Entregar o item contratado, respeitando rigorosamente as solicitações feitas pela Câmara Municipal.
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- i) Responsabilizar-se por todas as despesas, tais como tributos, seguros, fretes, comunicações e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento do objeto, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.
- j) Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- k) Adotar todas as medidas necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais e informações sensíveis a que tiver acesso durante a execução do contrato, conforme as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e demais legislações aplicáveis.
- l) Não utilizar, compartilhar ou divulgar quaisquer dados pessoais ou informações confidenciais obtidas durante a execução do contrato, exceto quando expressamente autorizado pelo CONTRATANTE ou para fins previstos em lei.
- m) Exercer a garantia dos itens fornecidos em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.

## 7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. No ato do recebimento dos bens fornecidos ou serviços prestados será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo constantes deste Termo de Referência e na proposta do fornecedor, sendo o objeto recebido da seguinte forma:
  - a) Provisoriamente, no ato da entrega dos bens, para conferência da quantidade e especificações gerais do item.
  - b) Definitivamente, mediante atesto na nota fiscal por servidor designado, observado o prazo máximo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.3. Os bens fornecidos ou serviços prestados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4. O pagamento será efetuado, de forma integral, em até 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo, mediante emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela Câmara e o pagamento será efetuado através de crédito em conta bancária de titularidade da contratada.
- 7.5. Em caso de item entregue fora das especificações contidas neste Termo de Referência ou itens faltantes, o pagamento ficará pendente até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas.



- 7.6. Do pagamento a ser efetuado serão deduzidas as retenções que forem necessárias e previstas legalmente.
- 7.7. A Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens, quantidades, valores, número da nota de empenho e dados bancários para pagamento, e não deverá apresentar rasuras e/ou entrelinhas.
- 7.8. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 7.9. O pagamento será efetuado via transferência bancária, devendo para tanto a empresa vencedora informar no ato da entrega da nota fiscal o banco, a agência e a conta corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da contratada.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico financeira a serem atendidas pelo fornecedor estão previstas no Edital da Dispensa Eletrônica.
- 8.3. Não haverá exigência de habilitação econômico-financeira, tendo em vista a entrega imediata dos itens, conforme disposição no artigo 70, inciso III da Lei 14.133/2021.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Na ocorrência das infrações dispostas no artigo 155 da Lei 14.133/2021, a Contratada poderá ser apenada, nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/2021 com as seguintes sanções:
  - 9.1.1. Advertência;
  - 9.1.2. Multa;
  - 9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
  - 9.1.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar
- 9.2. Sem prejuízo na aplicação das demais sanções legais do artigo 156 da Lei 14.133/2021, a Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações definidas neste instrumento, às seguintes multas:
  - 9.2.1. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto contratado, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
    - 9.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;
    - 9.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand.



9.2.2. De caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

9.2.2.1. 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial do ajuste, calculada sobre a parte inadimplida.

9.2.2.2. 20% (vinte por cento) em caso de inexecução total do ajuste, calculada sobre a parte inadimplida.

9.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei 14.133/2021.

9.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do objeto.

9.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à Contratada.

9.5.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.6. A aplicação de multa, a ser determinada pela Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, ocorrerá após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente.

9.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 3.023,10 (três mil e vinte três reais e dez centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela do item 1.2.

10.2. A estimativa dos valores para esta contratação foi estabelecida a partir da pesquisa de preço realizada com a utilização dos parâmetros dos I, II e IV do §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, conforme relatório da pesquisa anexo ao processo da contratação.

10.3. Para o proponente a proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos, frete e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para o atendimento das despesas provenientes desta contratação, é indicada a seguinte dotação orçamentária: 001.01.031.1000.2.002.000 3.3.90.39.63.01 IMPRESSOS EM GERAL DE USO INTERNO e 3.3.90.30.44 MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS.

Assis Chateaubriand/PR, 18 de fevereiro de 2026.



## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND  
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

SÚMULA:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

INICIATIVA:  
\_\_\_\_\_


Figura 1 - Pasta processo - Frente

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND  
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

SÚMULA:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

INICIATIVA:  
\_\_\_\_\_


Figura 2 - Pasta processo - Aberta Parte Exterior

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND  
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

SÚMULA:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

INICIATIVA:  
\_\_\_\_\_


Figura 3 - Pasta Processo - Aberta Parte Interior

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND  
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

SÚMULA:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

INICIATIVA:  
\_\_\_\_\_


Figura 4 – Pasta Processo – Modelo da Arte



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

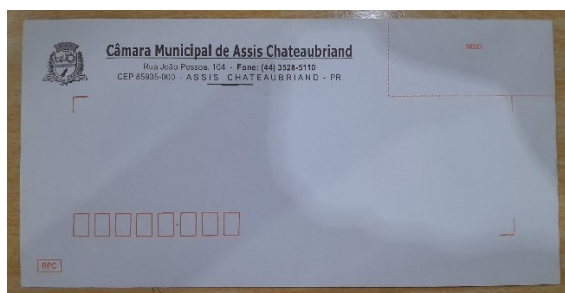


Figura 5 – Envelope – Frente



Figura 6 – Envelope – Verso

**OBS.:** não será mais adotado o padrão RPC (Remetente Padrão Correios), portanto os envelopes deverão ser brancos e impressos **somente com o timbre da Câmara.**



Figura 7 – Modelo de referência para plaqueta



Figura 8 – Modelo de referência para plaqueta

**OBS.:** A foto da plaqueta é apenas modelo referencial para o layout a ser elaborado pela contratada. O modelo previsto neste Termo de Referência **não contém furos.**



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – NUMERAÇÃO NÃO SEQUENCIAL (AVULSA) DAS PLAQUETAS

00012	00013	00014	00015	00016	00017	00018	00020	00022	00023
00024	00027	00028	00029	00030	00041	00042	00043	00044	00045
00046	00047	00054	00055	00063	00064	00070	00071	00073	00074
00075	00076	00077	00078	00079	00080	00081	00089	00091	00092
00094	00098	00099	00100	00101	00102	00103	00106	00107	00108
00109	00110	00111	00112	00113	00114	00115	00116	00117	00118
00120	00121	00122	00123	00124	00125	00127	00128	00129	00130
00131	00132	00133	00134	00135	00136	00137	00138	00139	00140
00141	00142	00143	00144	00145	00146	00147	00148	00149	00150
00151	00152	00153	00154	00155	00156	00157	00159	00160	00161
00162	00163	00164	00165	00167	00168	00169	00170	00171	00172
00173	00174	00175	00177	00178	00179	00182	00183	00184	00185
00186	00187	00188	00189	00190	00191	00193	00194	00196	00197
00198	00199	00200	00201	00202	00203	00204	00205	00206	00207
00208	00209	00210	00211	00214	00215	00216	00217	00218	00219
00221	00222	00223	00225	00226	00227	00228	00229	00230	00235
00236	00237	00238	00240	00241	00242	00243	00244	00245	00246
00249	00250	00251	00252	00253	00254	00255	00257	00259	00261
00262	00263	00264	00265	00266	00267	00268	00269	00270	00271
00272	00273	00274	00275	00277	00280	00282	00283	00285	00286
00287	00288	00290	00291	00292	00293	00294	00295	00296	00297
00298	00299	00300	00301	00303	00304	00305	00306	00307	00308
00309	00310	00311	00312	00313	00314	00315	00316	00317	00318
00319	00320	00321	00322	00323	00324	00325	00326	00327	00328
00329	00330	00331	00332	00333	00334	00335	00336	00337	00338
00339	00340	00341	00342	00343	00344	00345	00346	00347	00348
00349	00350	00351	00352	00353	00354	00355	00356	00357	00358
00359	00360	00361	00362	00363	00364	00365	00366	00367	00368
00369	00370	00371	00372	00373	00374	00375	00376	00377	00378
00379	00380	00381	00382	00383	00384	00385	00386	00387	00388
00389	00390	00391	00392	00393	00394	00395	00396	00397	00398
00399	00400	00401	00402	00403	00404	00408	00410	00411	00412
00413	00414	00415	00416	00417	00418	00419	00420	00421	00422
00424	00428	00430	00431	00432	00433	00434	00435	00436	00437
00438	00443	00444	00445	00446	00447	00448	00449	00450	00451
00452	00453	00454	00455	00456	00457	00458	00459	00460	00461
00462	00463	00464	00465	00469	00470	00471	00472	00473	00474
00475	00476	00477	00478	00479	00480	00482	00483	00484	00487
00488	00489	00490	00491	00492	00494	00495	00496	00497	00498
00499	00500	00501	00502	00503	00504	00505	00506	00507	00508
00509	00510	00511	00512	00513	00514	00515	00516	00517	00518
00519	00520	00521	00522	00523	00524	00525	00526	00527	00528
00529	00530	00531	00532	00533	00534	00535	00536	00537	00539
00540	00541	00542	00543	00544	00545	00546	00547	00548	00549
00550	00551	00552	00553	00554	00555	00556	00557	00558	00559
00560	00561	00562	00563	00564	00565	00566	00567	00568	00569
00571	00572	00573	00577	00578	00579	00581	00582	00583	00584
00585	00586	00587	00588	00589	00590	00591	00592	00593	00594



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Dispensa Eletrônica nº 003/2026

UASG 929890 – CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual/Municipal:
- Endereço Completo:
- Telefone:
- E-mail:

### 2. OBJETO

Aquisição de materiais gráficos e plaquetas patrimoniais em alumínio para atender às necessidades da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	500	UND	Pastas para processos. Formato aberto: 330mmX480mm com dobra vertical central; Formato fechado 330mm X 240mm. Cor verde clara, impressão 1x0 cores, papel cartolina, gramatura 240g/m <sup>2</sup> , com arte institucional externa.		
1	500	UND	Envelope timbrado padrão escritório. Tamanho 114mmx229mm, cor branca, impressão 1x0 cores, papel offset, gramatura 90g/m <sup>2</sup> , com brasão e identificação institucional da Câmara Municipal.		
1	990	UND	Plaqueta para identificação de bem patrimonial, confeccionada em alumínio anodizado, com dimensões 45mm x 15mm x 0,3mm (largura x altura x espessura), sem furos, sem adesivos no verso, pontas arredondadas, com identificação do órgão, código de barras, número patrimonial e brasão colorido, gravados pelo processo de fotoanodização.		
<b>TOTAL:</b>					

### 3. COMPROMISSOS

- Proposta com validade de 60 dias;
- Declaramos que os itens ofertados estão de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência;
- Declaramos que nos valores propostos estão incluídos todos os custos com transporte, frete, taxas, impostos ou quaisquer outros valores que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

